

Falta de controle do setor público derrota planos de estabilização

GAZETA MERCANTIL

23 ABR 1991

Economia - Brasil

Júlio Maria Martins
Borges *

O brasileiro que acompanha normalmente o noticiário de jornal, rádio e televisão, e tem sido desde 1986



cobaia de experiências econômicas de diferentes equipes de economistas, sabe ou já desconfia que as razões do fracasso do Plano Collor I são fundamentalmente as mesmas dos planos anteriores de estabilização da economia: faltou controle das finanças do setor público, abrangendo os governos federal, estaduais e municipais, assim como das empresas estatais. O irrealismo da política de tarifas públicas, verificado durante 1990, e o excesso de gastos dos governos estaduais e municipais comprometeram de maneira decisiva o esforço de combate à inflação. Essa situação obrigou o governo federal a emitir moeda e a se endividar, permitindo assim a volta da ciranda financeira.

O essencial e o supérfluo no Plano Collor II — Todas as medidas que permitem melhor controle das finanças do setor público são fundamentais, e o Plano Collor II teria sido desnecessário se tais medidas tivessem sido tomadas ao longo do ano passado. Entre essas, podem ser citadas o "tarifaço" e os instrumentos de controle e avaliação do desempenho das estatais, cabendo citar a criação da comissão de controle das estatais e a figura dos "contratos de gestão" feitos entre o governo e as empresas estatais. Além disso, a concentração de poderes no Ministério da Economia sobre as autorizações de gastos do orçamento federal é importante para o controle do déficit público.

Adicionalmente, pelo Fundo de Aplicações Financeiras ("Fundão") seria permitido o controle do endividamento dos governos estaduais e municipais. Esse controle sobre os gastos dos governadores ficaria reforçado pela introdução de uma disciplina mais rígida para os empréstimos que vinham sendo usados intensamente pelos bancos estaduais junto ao Banco Central, em detrimento da eficácia da política monetária. Se o Governo Collor conseguirá ou não controlar de fato os gastos dos governos estaduais e municipais é uma outra história, que exigirá uma base política muito sólida, duvidosa no presente momento.

A contribuição do "tarifaço" para o saneamento das finanças públicas pode representar algo como 5% do PIB. Além disso, o confisco ou perda dos ativos financeiros (inclusive os cruzados novos congelados), através de sua remuneração exageradamente baixa em fevereiro passado — TRO de 7% contra uma inflação de 20% —, poderá contribuir com cerca de 3% do PIB para o ajuste fiscal do governo em 1991.

Resumindo, o fundamental é a nova e expressiva transferência de renda do setor privado para o setor público verificada com o Plano Collor II, que deveria

dar condições ao governo de pagar sua dívida externa e gerar poupança, e, portanto, financiar o desenvolvimento econômico-social do País no médio prazo. Cabe ainda lembrar que a receita do governo será também beneficiada pela elevação recente do Finsocial de 1,2% para 2% sobre o total de transações econômicas no País.

Todas as demais medidas do Plano Collor II são de menor importância para o controle da inflação. O congelamento de preços e a política salarial em vigor ajudam a amenizar o ajuste da economia pela quebra da inércia inflacionária. A desindexação vai ocorrer se e somente se houver um efetivo controle da inflação; caso contrário, ela voltará, de uma forma ou de outra. As demais medidas relacionadas no Plano Collor II têm a intenção de modernizar e dar condições de crescimento social e econômico ao País e, em princípio, são sempre bem-vindas.

As consequências do Plano Collor II — Se o governo não repetir o descuido de 1990 em relação às tarifas e finanças públicas, é esperada, a curto prazo, a manutenção do arrocho salarial, do desemprego, e um aprofundamento da recessão. O desalinhamento dos preços verificado como decorrência do Plano Collor II e o consequente desabastecimento virtual do mercado interno poderão levar a uma retomada temporária de taxas crescentes de inflação. A taxa de câmbio deveria ter ao longo do ano uma desvalorização real, pois só assim o País terá condições de ter um balanço de pagamentos equilibrado e adequado às necessidades da dívida externa, de maior liberdade de comércio exterior e de captação de poupança externa, condição "sine qua non" para a retomada do desenvolvimento econômico do País.

As dificuldades de natureza política — Se o controle da inflação for alcançado, a economia brasileira terá condições de ingressar numa trajetória de desenvolvimento e modernidade. Tudo vai depender da capacidade política do governo de manter a eficácia da política econômica ao longo do tempo, resistindo, ou aceitando, quando necessário for, às pressões dos políticos e às pressões por aumentos de preços, salários e gastos de governos estaduais e municipais. Caso isso não ocorra, o Plano Collor II infelizmente repetirá os quatro últimos e teremos então uma "Tempestade no Cerrado", com consequências econômicas seguramente péssimas e consequências políticas imprevisíveis.

A título de ilustração da extrema dificuldade política de controle da inflação e modernização da economia, vale a pena lembrar o que ocorre atualmente com as economias da Europa Oriental. Na Alemanha existe um movimento forte, por parte dos antigos alemães orientais, para destituir o atual chanceler, Helmut Kohl, pois, achando que iam melhorar de vida com a queda do muro de Berlim, tiveram no curto prazo exatamente o contrário, devido à recessão e ao desemprego. Situações semelhantes ocorrem, por exemplo, na Polônia, na Hungria e na Iugoslávia. A

criação recente do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) é uma tentativa do mundo ocidental de ajudar os países do Leste a sair do "atoleiro" em que se encontram.

O caso do México, que vem sendo ultimamente citado como referência para o Brasil, também merece destaque. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), criado como consequência da Revolução Civil Mexicana de 1910 e monopolista do poder político, até o início da década de 80, ficou ameaçado de perder

as eleições em dezembro de 1988, quando foi eleito o presidente Salinas de Gortari. Isto simplesmente porque o México vem buscando e conseguindo "aos trancos e barrancos", desde 1982, um ajustamento e modernização da economia, tendo a inflação atingido um pico de 160% ao ano em 1987 e hoje estando na faixa de 20% ao ano.

* Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo. Assessor em Agroindústria, Economia da Energia e Política Econômica.